

UM ENCONTRO NECESSÁRIO: O FEMINISMO E AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS¹

A NECESSARY MEETING: FEMINISM AND INTERNATIONAL
RELATIONS THEORIES

UN ENCUENTRO NECESARIO: FEMINISMO Y TEORÍAS DE LAS
RELACIONES INTERNACIONALES

Danielle Gonçalves Passos do Nascimento²

Thiago Fernandes Franco³

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar e tensionar o momento e as formas como o encontro entre feminismo e Teorias das Relações Internacionais (TRI) é emoldurado. A configuração teórica em Relações Internacionais (RI) é marcada por uma significativa diversidade em termos de teorias e, sobretudo nos últimos anos, muito se discute sobre como explorar essa variedade teórica. Para entender de que modo há a inserção e a contribuição das abordagens feministas para as TRI, procurou-se abordar o germinar dos estudos feministas e a incorporação desses nas RI, visualizar quais bases contribuem para a disciplina, para além dos nomes mais aceitos, tais como Cynthia Enloe e J. Ann Tickner, bem como assimilar as inovações no que tange às novas demandas em TRI e em relação ao feminismo para com a primeira. Assim, também aproveitar os eixos epistemológicos fora do espectro Europa-Estados Unidos e o que a esfera teórica de RI ganha com as produções teórico-práticas feministas.

¹ O presente artigo decorre do plano de trabalho de Iniciação Científica intitulado *A inserção e as contribuições do pensamento feminista para a Teoria das Relações Internacionais* desenvolvida entre 2019-2020 na Universidade Federal de Sergipe (UFS). As bases de argumentação amadureceram ao longo do tempo e, portanto, o trabalho ganhou novos repertórios.

² Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp - Marília). Bolsista CAPES. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Endereço eletrônico: danielle.passos@unesp.br

³ Professor de Relações Internacionais na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor e Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na área de História Econômica. Endereço eletrônico: thiago.franco@academico.ufs.br

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento teórico. Mulheres. Relações Internacionais. Teoria Feminista.

ABSTRACT: This article aims to present and stress the moment and the ways in which the encounter between feminism and International Relations Theories (ITR) is framed. The theoretical configuration in International Relations (IR) is marked by a significant diversity in terms of theories and, especially in recent years, much has been discussed about how to explore this theoretical variety. In order to understand how feminist approaches are inserted and contributed to IRT, an attempt was made to address the germination of feminist studies and their incorporation into IR, to visualize which bases contribute to the discipline, in addition to the most accepted names, such as Cynthia Enloe and J. Ann Tickner, as well as assimilating innovations regarding new demands in IRT and in relation to feminism towards the former. Thus, also taking advantage of epistemological axes outside the Europe-United States spectrum and what the theoretical sphere of IR gains from feminist theoretical-practical productions.

KEYWORDS: Theoretical development. Women. International relations. Feminist Theory.

RESUMÉN: Este artículo tiene como objetivo presentar y tensar el momento y las formas en que se enmarca el encuentro entre el feminismo y las Teorías de las Relaciones Internacionales (TRI). La configuración teórica en Relaciones Internacionales (RI) está marcada por una importante diversidad en cuanto a teorías y, especialmente en los últimos años, mucho se ha discutido acerca de cómo explorar esta variedad teórica. Para entender cómo hay inserción y aporte de los enfoques feministas a la TRI, se intentó abordar la germinación de los estudios feministas y su incorporación a las RI, para visualizar qué bases aportan a la disciplina, además de los nombres más aceptados, como Cynthia Enloe y J. Ann Tickner, así como asimilar las novedades respecto a las nuevas demandas en TRI y en relación al feminismo hacia las primeras. Aprovechando así también ejes epistemológicos fuera del espectro Europa-Estados Unidos y lo que el ámbito teórico de las RI gana con las producciones teórico-prácticas feministas.

PALABRAS CLAVE: Desarrollo teórico. Mujer. Relaciones Internacionales. Teoría Feminista.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a abertura teórica vivenciada pelas Relações Internacionais proporcionou um frutífero diálogo com diferentes pensamentos, abordagens e conceitos. Para além das grandes escolas clássicas de pensamento de origem anglo-saxônica e dos repetitivos e anacrônicos “Grandes Debates”, as Teorias das Relações Internacionais (TRI) têm se concentrado também em englobar as contribuições “mais contemporâneas” e, assim, fomentar o processo de desenvolvimento teórico do campo das Relações Internacionais (RI). Por sua vez, essa expansão teórica precisa se fazer presente não só na compreensão de como as perspectivas mais recentes – feminismo, teoria crítica, questões raciais, pós-colonialista, meio ambiente, religiosidade etc – encontram-se com as TRI, mas também como melhorá-la no tocante às produções de dossiês, criação de eventos, linhas de pesquisas e na implementação nos planos de ensino de TRI e cursos de RI.

Ainda que seja uma crescente o debate cada vez mais popular acerca dos eixos teórico-práticos dos feminismos, esse cenário nem sempre se forjou assim. Os estudos feministas foram marginalizados por diversos setores e áreas do conhecimento. No caso das Relações Internacionais, era possível perceber um distanciamento em relação à esfera de gênero⁴. Isso também ocorreu em outras áreas e disciplinas das Ciências Sociais, contudo, a superação ou aprofundamento da distância com as tendências de articulações feministas não se deu da mesma forma⁵ (HALLIDAY, 2007).

Ao constatar a separação entre as duas esferas (de gênero e RI) e que o crescimento dos estudos sobre as mulheres foi, massivamente ignorado por muito tempo pelas Relações Internacionais, enfatiza-se que para superar a invisibilidade das mulheres é necessário que se analise porquê e como acontece este ocultamento e quais as razões para o seu fortalecimento – para, *a posteriori*, pensar no seu enfraquecimento. O robustecimento dessa separação transcorre em detrimento da suposição de que é possível estudar o curso das relações entre os Estados-nação⁶, muitas vezes vista como o foco das relações internacionais, sem fazer um recorte da questão de gênero. Consequentemente, ao negligenciar a categoria de gênero, as RI latentemente lançam munição para sustentar a ideia de que os processos internacionais são neutros em gênero. A partir dessa justificativa de pseudoneutralidade, amarra-se a perspectiva de que não há efeito nenhum sobre o papel e a posição das mulheres no âmbito da sociedade e sobre as disparidades entre homens e mulheres (HALLIDAY, 2007).

⁴ Os Estudos de Gênero são mais amplos do que “apenas” falar sobre feminismo e mulheres.

⁵ As contribuições epistemológicas que o feminismo e as abordagens focadas no recorte de gênero oferecem para os campos dos saberes são diferentes. As reflexões e os debates construídos na História, na Sociologia, na Antropologia e na Ciência Política, por exemplo, não são os mesmos que nas Relações Internacionais, seja por conta das especificidades ou das aberturas que são, ou não, feitas.

⁶ “Em sua face moderna, o Estado-nação pode ser definido como um tipo de organização política que mantém o monopólio administrativo sobre um território delimitado, “sancionado por lei e por um controle direto dos meios internos e externos de violência” (Giddens, 2008, p. 145). Um dos seus atributos é a capacidade de “monitoramento reflexivo dos aspectos da reprodução dos sistemas sociais subordinados ao seu domínio” (Giddens, 2008, p. 42-43). Para isso, o Estado opera com um aparato administrativo constituído por um conjunto de instituições de governo e por uma hierarquia de funcionários especializados. O Estado moderno, como organização política mundialmente difundida, está situado em um sistema mundial de Estados-nação que emerge mediante relações conflituosas e tensas historicamente estabelecidas na arena internacional” (FERREIRA, 2013, p. 29-30).

J. Ann Tickner (1992) e Izadora Monte (2013) quebram com essa aceção de neutralidade e de que os processos internacionais e as concepções dos papéis de gênero não têm a ver com o posicionamento atribuído para mulheres e homens. No momento em que a primeira escreve, observou-se o baixo nível em termos da presença de mulheres enquanto atores decisivos e atuantes em política internacional e enquanto acadêmicas das Relações Internacionais, principalmente quando se tratava de temáticas referentes à guerra e a paz, em voga assuntos imprescindíveis para o nosso campo (TICKNER, 1992). Há também a crítica ao fato de que a articulação política do gênero dialoga diretamente com uma supervalorização do masculino e das identidades, atividades e comportamentos lidos masculinamente. E desse modo, as discrepâncias no alcance ao poder, informações, meios e até mesmo autoridade impactam o arranjo das mulheres na sociedade (MONTE, 2013). Em sua própria argumentação

As diferenças de gênero no acesso a recursos, poder e autoridade afetam a posição das mulheres na sociedade; por outro lado, o poder do gênero se relaciona às maneiras, pouco comuns em RI, de pensar como nossas formas de ver e interpretar o mundo estão delimitadas pelo gênero. Certas normas e instituições são responsáveis pelas formas como somos socializados nas hierarquias de gênero, como internalizamos pressupostos culturais e os definimos como parte de nossas identidades. O controle social que garante essa internalização é feito pela família, pelas leis, pelo mercado, pela coerção física e, também, pela organização do sistema internacional. Estereótipos naturalizam e justificam estruturas sociais hierarquizadas e são políticos *[sic]* na medida em que significam a reprodução de relações de poder. Gênero é importante não apenas porque define as relações de poder entre homens e mulheres, mas porque também condiciona o nosso pensamento a funcionar a partir de dicotomias hierarquizadas que legitimam formas múltiplas de dominação em diversas esferas sociais. (MONTE, 2013, p. 70).

O protagonismo, as muitas possibilidades de abordagens, as transformações político-sociais e a aproximação com conceitos e recortes de estudos mostram que os feminismos são capazes de promover um encontro interessante e articulado com o desenvolvimento teórico em Relações Internacionais. O surgimento das discussões sobre gênero, e mais especificamente sobre as mulheres, ocasionou uma sequência cada vez maior de estudos focados nas condições desses sujeitos na sociedade. Nas RI, com uma mais eficiente abertura, passou-se a compreender a existência de multiplicidade de feminismo com impactos próprios na cartela das bibliografias de Relações Internacionais e na capacidade de repensar os aspectos teóricos, epistemológicos e convicções amarradas nas bases liberais e realistas (NASCIMENTO, 2021). Nesse mesmo trabalho, já havíamos dado os aportes iniciais para amadurecimento da problemática envolvendo as TRI e as abordagens feministas, pois

procura-se aqui perceber o nexos existente entre TRI e a teoria feminista em sua amplitude, trilhando o rumo percorrido da segunda, haja vista que a partir desse exercício identificamos elementos que levaram às transformações da esfera teórica. (NASCIMENTO, 2021, p. 16).

Assim sendo, o presente artigo se movimenta no direcionamento de contemplar quatro principais questões: no encontro teórico e de contribuições entre o feminismo e as Teorias das Relações Internacionais; a interpretação acerca do momento (ou momentos)

que as abordagens feministas chegaram nas RI; nas contribuições e diversificação teórico-conceituais feministas (de pensar de mais “vertentes de feminismos” e de referências além Cynthia Enloe e J. Ann Tickner); pensar as demandas e os novos capítulos da junção entre TRI e feminismos.

A CHEGADA DAS ABORDAGENS FEMINISTAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Localizar os preceitos, os momentos de destaque em relação ao contexto vigente de cada época e a inclusão do debate de gênero nos mais diversos campos do conhecimento fornece pistas interessantes para se pensar o que o feminismo proporciona às Relações Internacionais. O feminismo precisa e tem a capacidade de estar à altura dos desafios da atualidade. Feminismo este caracterizado por articular eixos diferentes de opressões. Ou seja, um feminismo instrumentalizado nas pautas anticoloniais, anticapitalistas, antirracistas e internacionalistas (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

O feminismo deve ser encabeçado nas tentativas de fornecer respostas e trazer inquietações acerca dos entraves causados pelo sistema capitalista, dos, infelizmente, cada vez mais recorrentes, desastres ecológicos, guerras desenfreadas e da desapropriação e extermínio massivo de povos, migrações intensificadas enfrentadas com descaso, do encorajamento constante de práticas racistas e xenofóbicas e da revogação e violação de direitos sociais e políticos (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 41). O feminismo que essas autoras aspiram é pautado nas lutas das

mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres *queer*, das trans e das mulheres com deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da “classe média” enquanto o capital as explora. E isto não é tudo. Esse feminismo não se limita às “questões das mulheres” como tem sido tradicionalmente definido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem o objetivo de se tornar uma fonte de esperança para a humanidade. É por isso que o chamamos *feminismo para os 99%* (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 41-42).

O chamado *feminismo para os 99%* emergiu e foi influenciado igualmente pelas experiências práticas e reflexões teóricas. Em seus pilares estão a busca pela transformação social e profunda e de longo alcance, em todos os cenários, inclusive no internacional, haja vista que se trata de algo incondicionalmente internacionalista. Um feminismo que se opõe à lógica da guerra e ao imperialismo (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Ainda no que tange às interpretações e reconstruções feministas, é possível evidenciar que a atenção inicial da teoria feminista se concentrava em ampliar e reinterpretar as categorias cunhadas por diferentes discursos teóricos. Esse esforço tinha o intuito de tornar visível e audível as atividades e as relações sociais das mulheres analiticamente no campo das diversas tradições intelectuais e do processo de teorização. Contudo, é importante que o feminismo tome cuidado ao se

aproximar com a teoria crítica, o liberalismo, o estruturalismo *etc*, haja vista que, mesmo com o esforço de tomar emprestado e dar uma nova roupagem para conceitos e categorias dessas vertentes epistemológicas, pode acontecer de se assemelhar fortemente com as intenções originais de seus adeptos e formuladores não feministas. Desse modo, as feministas teóricas, inclusas as das Relações Internacionais, devem criticar a própria teorização, que é em si mesma, patriarcal, e caminhar para a construção de uma teoria feminista (ou teorias feministas) livre das deficiências patriarcais (HARDING, 2019).

Desde meados dos anos 1970, a Antropologia, História, Sociologia e a Ciência Política conversam mais com as análises e os estudos feministas. Ao tratar das RI, constata um “atraso” da validação da chegada das abordagens feministas. Essa escassez expressava como a disciplina era ainda mais fechada. E isso não tem apenas a ver com mais ou menos relevância da temática negligenciada, mas sim em como as Relações Internacionais absorviam as teorias e o que era considerado escopo de estudo para a área (HALLIDAY, 2007). Inicialmente as abordagens feministas nas RI identificaram a presença feminina nas relações internacionais, fora das atividades de diplomatas, chefe de Estados, ministros, uma vez que as mulheres não conseguiam ocupar esses cargos predominantemente masculinos – não por incompetência, mas por pela vigência de um sistema patriarcal e sexista (PAIVA, 2014).

“Em função disso, uma questão essencial para a análise feminista nas RI é a noção de que a política internacional não se dá apenas nos campos de batalha ou em conversas entre chefes de Estado (a chamada “alta política”)” (PAIVA, 2014, p. 18).

A argumentação de Izadora Paiva (2014) é alicerçada nos escritos de Cynthia Enloe (2014) que lançam questionamentos sobre “Onde estão as mulheres na política internacional”. Atrizes, mulheres de diplomatas, secretárias, camareiras, viajantes, trabalhadoras e mulheres que vivem perto de bases militares também são agentes pontes da política internacional. E, para entender o sentido feminista da política internacional, é necessário que os indivíduos exerçam uma curiosidade genuína sobre a vida de cada uma dessas mulheres. Descobrir como o mundo funciona por intermédio das lentes de gênero requer a observação da vivência de diversas mulheres em lugares que são geralmente são emoldurados como “privados”, “domésticos”, “locais” ou “triviais”. Com o passar do tempo, as mulheres foram sacudidas a compreender melhor a política internacional e, conseqüentemente, reivindicaram uma maior atuação teórico-prática nesses cenários (ENLOE, 2014).

Na tentativa de arrematar a presença e o avanço das abordagens feministas nas Relações Internacionais, retoma-se a exposição de Paiva (2014). A autora interpreta que as feministas, concordando ou discordando, têm trabalhado de forma produtiva nas RI, com muitos artigos, dossiês, palestras, aulas e livros sendo publicados. Com o corpo teórico de feministas em crescimento e com respeitável dinamismo, é louvável constatar um projeto feminista dedicado em denunciar o viés masculino e excludente das abordagens tradicionais em TRI, bem como estabelecer orientações teóricas e empíricas para a abordagem feminista. É válido mencionar que os feminismos não estão “adicionando” superficialmente os debates e o conceito de gênero às RI. “Essas dimensões já estão lá; precisam ser reveladas, para que possam ser desconstruídas. A resistência da disciplina não é, porém, total” (PAIVA, 2014, p. 60).

O ENCONTRO COM AS TRI: PARA ALÉM DAS BASES INICIAIS E OS GANHOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

A emergência de novos conceitos e questões com maior força nacional e internacionalmente fez com que fosse primordial a discussão sobre a inserção da perspectiva de gênero nas mais diversas áreas e disciplinas das Relações Internacionais, seja em Política Externa, Estratégia e Segurança, Economia Política Internacional, Organizações Internacionais, e, inclusive, nas Teorias das Relações Internacionais. De todo modo, o entendimento do gênero enquanto construção cultural da diferenciação sexual envolve uma complexidade de variações vigentes nas sociedades, bem como o entendimento sobre o conceito, uma vez que o gênero não diz respeito somente às mulheres, mas também aos homens e à masculinidade. Este é um tópico a ser enfatizado para que os estudiosos e estudiosas das Relações Internacionais entendam melhor por que as feministas afirmam que a discussão é relevante para sua disciplina e por que acreditam que a análise de gênero de seus pressupostos e conceitos básicos pode fornecer resultados frutíferos (TICKNER, 1997). A teoria e o movimento feminista estão em constante desenvolvimento, assim sendo, para um número incontável de feministas da contemporaneidade, falar em feminismo é cada vez mais trabalhar com a pluralidade de feminismos. Na apresentação do livro Lugar de Fala, e de outros livros que fazem parte da coleção Feminismos Plurais, Djamila Ribeiro (2019) explica que o objetivo da coleção é justamente o de trazer para o público questões cruciais referentes aos muitos feminismos. A princípio, empenhou-se esforços em torno do feminismo negro, para explicar os principais conceitos e romper com a concepção de que não se está explanando sobre projetos, bem como de nomear as opressões de raça, classe e gênero sem hierarquizá-las. De acordo com a autora, “pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual. Logo, é pensar projetos, novos marcos civilizatórios, para que pensemos um novo modelo de sociedade” (RIBEIRO, 2019, p. 14).

Ainda no que diz respeito ao feminismo, este é ilustrado por mulheres que são substancialmente articuladas em igualdade de gênero, estendida para os salários iguais para funções iguais e até mesmo para divisão parelhada no trabalho doméstico⁷, e de paternagem e maternagem de modo que, mesmo “o feminismo reformista se tornou o caminho para a mobilidade de classes” (HOOKS, 2019, p. 22). O feminismo em si mesmo trabalha com a concepção de que pode existir tantas versões de feminismo quanto fossem as mulheres existentes. No entanto, para que esse feminismo não perca seu caráter e posicionamento político, conscientiza-se que as feministas são formadas, não nascem feministas. A escolha e a ação fazem com que uma pessoa venha a aderir políticas feministas, bem como se dá em termos de posições políticas (HOOKS, 2019, p. 23-25). Todavia, para algumas autoras, essa perspectiva, ainda que fundamental, também tem seus limites, uma vez que as opressões de raça e gênero, por exemplo, não se resolvem

⁷ Para um maior aprofundamento, consultar *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva e O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, ambas obras da autora Silvia Federici e o livro *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade* de Heleieth Saffioti.

meramente com a mobilidade de classes. Destaque-se, nesse processo, ainda, as tentativas constantes de discutir as condições de inserção da mulher no contexto sócio-político e cultural.

Durante muito tempo o feminismo se concentrou na luta pelos direitos das mulheres brancas de classe média, deixando de lado mulheres pobres e da classe trabalhadora, expulsando também as mulheres negras, latinas e de outras minorias étnicas do campo do discurso coberto pela categoria “mulher” e das pautas desse feminismo bastante específico. Deste modo, é necessário inserir nas pautas atuais de gênero o debate da interseccionalidade – pautado como aspecto importante para a construção de feminismos plurais e sensíveis a questões de raça, classe e idade, dentre outros aspectos (DAVIS, 2018). No que se refere às pautas dos movimentos feministas, o feminismo vai além da pauta de igualdade de gênero e, por isso, envolve muito mais do que somente o gênero. Para Anegla Davis (2018), mas não somente para ela, por suposto, o feminismo deve envolver a consciência em relação a uma série de elementos, inclusive no tocante ao sistema opressor capitalista.

No campo das Relações Internacionais é notório, embora ainda tímido e gradativo, o encontro entre as abordagens mais marginalizadas — dentre as quais o feminismo — e as Teorias de Relações Internacionais mais influentes, usualmente chamadas de clássicas (NASCIMENTO, 2021). Para situar possíveis leitoras e leitores de nosso texto, costuma-se creditar que essa aproximação ocorreu em decorrência do intitulado “Terceiro Grande Debate” (Positivismo x Pós-positivismo), das modificações nas camadas ontológicas e epistemológicas pelas quais passaram as Relações Internacionais e das críticas às teorias mais tradicionais e fechadas (MONTE, 2013). Para termos uma ideia de como se desdobrou a questão, no ano de 1997, tornou-se famoso o debate de J. Ann Tickner com Robert Keohane — até então um dos principais expoentes da área tanto em termos teóricos quanto institucionais, tendo ocupado, inclusive, a cadeira de presidente da *International Studies Association (ISA)*, provavelmente a principal associação da área de RI. No título de um dos seus principais artigos dessa época, endereçado a Keohane, a autora expõe o problema em termos categóricos: *You just don't understand*. Conforme Tickner (1997), raramente o feminismo e as teóricas feministas alcançavam certo engajamento com outros estudiosos de RI, sobretudo por ser propagado que “seu material é mais adequado para leitura de cabeceira do que para discussões acadêmicas sérias” (TICKNER, 1997, p. 612, tradução nossa).

Como já comentado anteriormente, no final da década de 1990, mostrava-se necessário afirmar que as dimensões feminista e de gênero ainda estavam longe de ser incorporadas devidamente como aspectos relevantes do “internacional” haja vista que, para ele, o crescimento dos estudos sobre mulheres vinha sendo ignorado pelo campo durante bastante tempo (HALLIDAY, 2007). Mais recentemente, o debate voltou ao palco e muito se fala sobre a amplitude de feminismos com impactos distintos nas Relações Internacionais. As epistemologias feministas trazem um avanço substancial para o debate acadêmico de RI, conduzindo, sobretudo, o debate de gênero para o palco da análise das estruturas internacionais de poder. Estipula-se que as intervenções feministas costumam cruzar um certo padrão em diferentes disciplinas, inclusive nas Relações Internacionais. Em relação a esse molde, o início é fixado por pressupostos, métodos e teorias aceitas como tradicionais pelo campo. Ademais, a produção de

conhecimento feminista nas/das RI permite múltiplas combinações entre objeto, problema de pesquisa, teoria, método e metodologia (VENTURA; KRITSCH, 2017). Em vista disso, os feminismos carregam a potencialidade de produzir conhecimento e propor desenhos de pesquisa variados para o campo. Ao sondar as diferenças entre as perspectivas feministas, primeiro percebe-se que são muitas. Em segundo, os objetos, as explicações e o tipo de conhecimento que é produzido por cada uma das vertentes não necessariamente coincidem. Terceiro, os lugares que ocupam dentro das RI também não são o mesmo, pois algumas posições são consideradas internas ao campo, enquanto outras pretendem expandir os limites da disciplina, questionando as argumentações tradicionais e o projeto mais amplo da produção de um conhecimento específico das RI (VENTURA; KRITSCH, 2017). Diz que

notar e considerar toda essa variedade, no entanto, não nos impede de afirmar que existe uma premissa partilhada pelas diferentes perspectivas apresentadas até aqui. Os feminismos e suas agendas de pesquisa partem da necessidade de se oferecer uma alternativa a um status quo em que as mulheres, suas histórias, seus lugares de fala, seus pontos de vista, mas também o modo como as relações de gênero são construídas e reproduzidas constituem um quadro composto por formas de exclusão sistemáticas da mulher e do feminino das atividades, do campo e da produção de conhecimento (VENTURA; KRITSCH, 2017, p. 49).

ENTÃO, COMO AVANÇAR? O OLHAR PARA AS MAIS FRESCAS DEMANDAS FEMINISTAS E DAS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao cruzar os caminhos ontológicos e epistemológicos em Relações Internacionais, as abordagens feministas são capazes de repensar e desafiar as “certezas” disciplinares, especialmente no que toca às interpretações e os conceitos de política, poder e segurança — pelos quais os autores e as teorias tradicionais, tais como o realismo e o liberalismo, projetam-se como fontes mais que suficientes. Para mais, essas novas nuances na produção de conhecimento, possibilitam uma maior atenção para conceitos preteridos pelas RI, mas que podem ser vinculados ao internacional (SOUZA, 2014; NASCIMENTO, 2021).

Neste ensejo, reitera-se que as RI desenvolveram demasiadamente pesquisas centradas nas causas das guerras, dos conflitos internacionais, das funções e relações entre os Estados e nas condições da paz. Mas com os avanços teóricos, em especial após duas Grandes Guerras Mundiais, a disciplina passou a se antenar para novos temas e produções. A autora acrescenta que os esforços empregados pelas feministas que já faziam parte das Relações Internacionais possibilitaram a inserção do debate de gênero para as RI no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 (MENDES, 2021).

As pesquisas feministas buscaram propor uma investigação das Relações Internacionais sob a ótica das questões de gênero e trataram de repensar as bases epistemológicas e ontológicas das RI. Em conjunto com os Estudos Queer e outras correntes teóricas, as feministas promoveram debates e críticas

elaboradas na disciplina e trouxeram à tona práticas políticas que sexualizam corpos, desejos, atos e identidades dos indivíduos, muitas vezes esquecidas pela disciplina (MENDES, 2021, p. 11).

As pesquisas feministas e de gênero trouxeram desafios frescos e apetrechos para refinar a assimilação acerca da formação dos indivíduos femininos na centralidade na dinâmica internacional. Os textos feministas precursores, validados dentro das RI são *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Relations* de Cynthia Enloe, originalmente publicado em 1989 e revisado em 2014, e anos depois, em 1992, o livro de Ann Tickner, intitulado *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security* (MENDES, 2021). No entanto, apesar de expor que o encontro dos estudos feministas com as RI possibilitou potentes contribuições para esta última nas décadas finais do Século XXI⁸, o mesmo gera inquietações sobre quais modos desfrutar de autoras fora “do feminismo mainstream das Relações Internacionais”. Ao fazer isso, marcha-se em direção de um mapeamento bibliográfico para além do feminismo branco das RI e da mescla entre diferentes áreas do conhecimento. Não à toa, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, a internacionalista mergulha no feminismo islâmico (COSTA, 2021).

E, portanto, no extenso exercício de lançar questionamentos acerca da teorização nas RI, há o questionamento de como a teoria e os debates que permeiam o feminismo se localizaram nesta ciência. É também plausível reconhecer que de fato há mais de um feminismo no geral e no nosso campo, tais como; feminismo interseccional, feminismo negro, feminismo liberal, feminismo pós-colonial, feminismo pós-estruturalista, etc. Assim como visualiza-se quais autoras feministas brasileiras, latino-americanas e do Sul Global precisam ganhar mais destaque nas RI e nas TRI, e se aprofundar e reexaminar como se mantêm (ou não) os trabalhos de Cynthia Enloe e J. Ann Tickner (NASCIMENTO, 2021).

Concorda-se que caminhos foram abertos através do “Terceiro Debate” (Positivismo x Pós-positivismo) em Teorias das Relações Internacionais e que houve uma identificação no nível de predominância dos estudos feministas. Por exemplo, acreditava-se que a inclusão das mulheres no nosso campo de estudos já acontecia antes disso, mas de maneira encoberta. A conexão entre feminismo e Relações Internacionais se tornou mais acentuada, de fato, com a emergência do Terceiro Debate. Foi em detrimento deste que os desafios e críticas aos postulados mais tradicionais se acentuaram (TICKNER, 2001). É louvável complementar que com o surgimento dessa fronteira de debate refletiu nas disputas entre os/as positivistas e os/as pós-positivistas (MONTE, 2013).

Então, existe a problematização justamente se: “O Feminismo encontra as Relações Internacionais no “Terceiro Grande Debate?””; “O Feminismo encontra as Relações Internacionais apenas no Reflexivismo ou no Pós-Positivismo, juntamente com o Construtivismo?” e “O Feminismo encontra as Relações Internacionais apenas com Cynthia Enloe e Ann Tickner, na década de 1990?”. Como historiadora, ela faz um resgate histórico dos encontros, desencontros e reencontros da teoria feminista tanto com as

⁸ Mariana Costa (2021) aponta a identificação do gênero como categoria analítica e a manifestação das epistemológicas feministas como alternativa às abordagens tradicionais em RI como dois aspectos notáveis das contribuições feministas.

Relações Internacionais quanto com as relações internacionais, e na leitura aqui apresentada, conseqüentemente, com as TRI. Destarte, lança um olhar para o fato de que as RI e o feminismo têm um diálogo maior e possível do que esses que têm sido lidos de uma forma *mainstream* pelos teóricos da disciplina. No contexto da Revolução Francesa/Iluminismo (final do Século XVIII), com a Mary Wollstonecraft, da Revolução Industrial (Século XIX e início do Século XX), com a Rosa Luxemburgo e da Revolução Cultural (a partir da década de 1950), com a Simone de Beauvoir. Já em um contexto mais contemporâneo, a partir da década de 1970 até a atualidade: Angela Davis (Mulheres, Raça e Classe); Lélia Gonzalez (Afro-latino-américa); Heleieth Saffioti (Exploração e Dominação); Raewyn Connell (Masculinidades Globais); Maria Lugones (Colonialidade de gênero); Kimberlè Crenshaw (Interseccionalidade) e Patricia Hill Collins (Interseccionalidade). Ou seja, ainda que a recepção do Feminismo tenha ocorrido com o Terceiro Debate, não se resume a estar concentrado nesse momento (GOMES, 2021).

Para não estagnar em termos de nomes e repertórios teóricos e muito menos reproduzir a roupagem dos debates, similar e continuamente se faz relevante mencionar feministas e autoras fundamentais para as RI e as TRI. Dialoguemos mais o com feminismo negro, o feminismo indígena, o ecofeminismo, o feminismo islâmico, o feminismo latino-americano, o feminismo sul-coreano. Dialoguemos mais com as pesquisadoras e feministas brasileiras e latino-americanas: Enndiel dos Santos Mendes, Izadora Xavier do Monte. Karoline Soares Chaves, Mariana de Medeiros Costa, Larissa dos Santos Lemos, Luísa Maria Ramos da Costa, Raquel Santos Fontes, Fernanda Cardoso Fonseca, Blenda Santos de Jesus, Kelly Komatsu Agopyan, Rebeca Cavalcanti de Carvalho, Rafaela Santos Andrade, Sabrina da Costa Chiuza, entre tantas outras, que têm movido esforços para se pensar novas possibilidades e abordagens frente aos desafios postos ao campo das RI e das TRI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o que foi exposto, é legítimo sustentar que as abordagens feministas fazem parte das Relações Internacionais e das Teorias das Relações Internacionais. Mais importante do que somente discutir o momento exato que esse encontro acontece é explorar e proliferar os ganhos teórico-práticos desse envolvimento dinâmico. Inegavelmente, o feminismo, seja no geral ou na nossa arena, precisa olhar melhor para a sua diversidade e para as demandas específicas, para assim ir ainda mais além da visão de um feminismo excludente branco, classista, ocidental, estadunidense e eurocêntrico.

Epistemológica e ontologicamente, os feminismos mobilizam as ferramentas teóricas das Relações Internacionais. Seja por repensar o corpo teórico, por ampliar as ferramentas analíticas e conceituais das relações internacionais, por potencializar as agendas de pesquisa, eventos, produções, publicações e planos de ensino em TRI, dando um enfoque maior nas questões de gênero, por questionar as novas demandas da teorização dentro do próprio movimento feministas, nas RI e por explorar as divergências e concordâncias das dimensões feministas.

O nexó já existente entre TRI e as perspectivas feministas contribuem para o desenvolvimento e o encadeamento das transformações da esfera teórica. A intensificação das dimensões feministas no plano internacional as aproximam das Relações Internacionais e aperfeiçoam o lugar que o feminismo ocupa. “Os feminismos são potências que desapontam para a abrangência do conhecimento científico, formas e aquisições, e da natureza/existência central das Relações Internacionais” (NASCIMENTO, 2021, p. 16).

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Mariana de Medeiros. **Feminismo islâmico: um movimento político-religioso transnacional**. 2021. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

DAVIS, ANGELA. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics**. Los Angeles: University of California Press, 2ª ed., 2014.

FERREIRA, Luciane. Estado-Nação, poder e modernidade: revisitando conceitos. In: **Medicinas indígenas e as políticas da tradição: entre discursos oficiais e vozes indígenas [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 29-48. Saúde dos povos Indígenas collection. ISBN: 978-85- 7541-510-8.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

GOMES, Mariana Selister. **Conferência de Abertura: Movimentos Teóricos**. 2021. (2h21m34s). II Seminário MaRias IRI USP: Movimentando Gênero nas Relações Internacionais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P7KrA6pC3x0&t=3s>. Acesso em: 17. Fev. 2023.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 340-352.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. 176 p.

MENDES, Enndiel dos Santos. **Gênero e corpo: repensando as Relações Internacionais**. 2021. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59-80, abr. 2013.

NASCIMENTO, Danielle Gonçalves Passos do. **A inserção e as contribuições do pensamento feminista para a Teoria das Relações Internacionais**. São Cristóvão, 2021. Relatório de Iniciação Científica (Graduação em Relações Internacionais) - Departamento de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021.

PAIVA, Isadora Campregher. **A Escola Feminista nas Relações Internacionais: bases teórico-metodológicas**. 2014. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019. 128 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1976.

SOUZA, Ana Clara Telles C. de. ““O Pessoal é Internacional”: Como as Teorias Feministas Transformam o Estudo das Relações Internacionais”. Londrina: Anais do III Simpósio de Gênero e Políticas Públicas, 2014.

TICKNER, J. Ann. **Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security**. Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era**. Columbia University Press, 2001.

TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, [s.l.], v. 41, n. 4, p.611-632, dez. 1997. Oxford University Press (OUP).

VENTURA, Raissa Wihby; KRITSCH, Raquel. **Relações Internacionais, teorias feministas e produção de conhecimento:** um balanço das contribuições recentes. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 6, n. 11, p.24-57, 23 set. 2017.

Recebido em 17 de fevereiro de 2023

Aceito em 24 de fevereiro de 2023

Editado em fevereiro de 2023